

## Bolsa-Família, uma política de Estado



*“A la manera de Emerson y de Walt Whitman, creía que los argumentos no persuaden a nadie y que basta enunciar una verdad para que los interlocutores la acepten. Siempre rehuía la polémica. ...Me refiero, claro está, a sus tratados místicos” (J. L. Borges. E. Swedenborg, Mystical Works).*

**S**erá que chegamos ao paraíso e a História acabou? Será que toda tentativa de debate merece ser rotulada como um retrocesso? Será que não podemos ousar apresentar propostas, temerosos de nos negarem o nosso passado, monopolizarem os créditos e desvirtuarem iniciativas? Esse parece ser o cenário no debate eleitoral em torno de certos temas, como o Bolsa-Família – este não teria alcançado o status de política de Estado, fruto de avanços e iniciativas de um amplo leque de partidos e correntes ideológicas e que iniciou sua consolidação no governo Fernando Henrique Cardoso e continuou no governo Lula.

Membros e aliados do governo transmitem a mensagem segundo a qual as transferências monetárias a famílias situadas abaixo da linha de pobreza e sujeitas a condicionalidades foram uma política imaginada e implementada sob a atual administração. Os programas de

transferência de renda com condicionalidades não parecem integrar uma nova geração de políticas sociais de que devemos nos orgulhar e debater, a fim de ampliá-los e aperfeiçoá-los, tornando-os mais eficazes e eficientes no combate à pobreza e na redução das desigualdades e indutores de maior igualdade de oportunidades.

Fidel Castro ficou famoso ao estabelecer uma dinâmica própria de discussão: “dentro da revolução, tudo; fora da revolução, nada”, estabelecendo – não se sabe em razão de que critérios – a linha divisória entre o tudo e o nada. Resistimos a isso, vamos discutir o Bolsa-Família e o debate decorrente não pode ser caracterizado como retrocesso. Nenhuma corrente partidária admite retrocessos nesse campo. Como a pobreza não acabou e a luta por uma distribuição de renda menos desigual é tarefa permanente nas sociedades modernas, propostas devem ser admitidas para o debate.

Assim, três eixos merecem ser explorados. A atual formação do Bolsa-Família não possibilitou ainda acabar com a indigência e, nesse sentido, os benefícios merecem ser elevados. Uma meta que estabeleça como objetivo erradicar a indigência em um mandato é uma aspiração viável, especialmente num contexto de crescimento e formalização do mercado de trabalho. Lembremos, por exemplo, que o Fundo Soberano, proposto pelo atual governo e aprovado pelo Congresso, pretende ter ativos superiores ao orçamento atual do Bolsa-Família. Parte dos recursos do Fundo So-

cial a ser criado com as receitas do pré-sal, por exemplo, pode ser direcionada para elevar os benefícios dos programas de transferência de renda.

O segundo eixo diz respeito a condicionalidades como a matrícula e a permanência das crianças na escola. Temos de diferenciar programas sociais que não requerem condicionalidades (Loas, por exemplo) dos que exigem requisitos a fim de romper a polarização social no tempo. Acentuar os controles para que as crianças e jovens beneficiários frequentem o sistema escolar é crucial para fugir da armadilha da pobreza.

O terceiro eixo diz respeito aos incentivos. A elevação dos benefícios do Bolsa-Família para estudantes que tenham desempenho além da média é um objetivo a ser perseguido. Projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB) já aprovado no Senado deve alimentar o início do debate. As famílias beneficiárias devem receber incentivos de forma a tomarem iniciativas que contribuam para fugirem dos mecanismos que reproduzam a pobreza e que as tornam dependentes dos sistemas de proteção social.

Essas são alternativas de políticas que merecem debate. O debate não é heresia, o debate não é retrocesso. Retrocesso é congelar políticas, rotular qualquer proposta como sendo indutora de perda de direitos. Retrocesso é apropriar-se partidariamente do que deveria ser uma política de Estado.

\*  
ECONOMISTA DO IPEA CEDIDA AO  
SENADO FEDERAL

## Déficit cambial de junho mostra fragilidade do País



Em junho, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 4,279 bilhões, o pior resultado desde dezembro de 2008, em plena crise internacional, e o segundo déficit registrado neste ano. O primeiro foi em fevereiro, mas de apenas US\$ 399 milhões.

No total do primeiro semestre, o fluxo cambial ficou positivo em US\$ 3,363 bilhões, ou seja, 26,2% maior do que no mesmo período de 2009. O saldo das operações financeiras ficou em US\$ 2,151 bilhões e o fluxo comercial, em US\$ 1,213 bilhão. Convém lembrar que, em maio, a dívida externa total era estimada em US\$ 218 bilhões.

A deterioração do fluxo cambial em junho pode parecer estranha, dado um resultado negativo de US\$ 388 milhões na conta comercial, com importações de US\$ 14,749 bilhões (US\$

13,6 bilhões em maio) e exportações de US\$ 13,961 bilhões (US\$ 16,3 bilhões em maio). As estatísticas aduaneiras exibem valor muito próximo para a importação (US\$ 14,4 bilhões), mas muito diferente para a exportação (US\$ 9,8 bilhões) – o que leva a concluir que estamos conseguindo poucos financiamentos para os produtos importados e que, em compensação, as exportações conseguem importantes financiamentos, por meio dos Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC).

No entanto, o déficit cambial se concentra nas operações financeiras, com saldo negativo de US\$ 3,491 bilhões, com saídas de US\$ 28,450 bilhões e entradas de US\$ 24,959 bilhões. No mês anterior, os valores registrados haviam sido de US\$ 30,4 bilhões e de US\$ 30,5 bilhões, com déficit de US\$ 86 milhões.

Essa evolução indica que o Brasil sofreu com a crise europeia e as empresas da União Europeia repatriando

seus haveres brasileiros (especialmente dividendos e aplicações em títulos de renda fixa, assim como ações). Mostra também a fragilidade de nossa posição nas transações correntes, e até nas operações de capital, que deverá ser sentida nas contas de junho.

A crise na Europa não apenas se traduz por uma forte retração dos empréstimos, como pela retirada dos ativos brasileiros. Levando em conta nossas reservas de US\$ 250 bilhões, deduzidas da dívida externa registrada em maio, de US\$ 218 bilhões, a continuar o déficit cambial de junho, nossas reservas líquidas (US\$ 32 bilhões) permitiriam cobrir esse déficit por apenas sete meses. É difícil admitir que o déficit cambial continue nessa proporção nos próximos meses, mas esse exercício, com uma hipótese tão negativa, nos mostra a fragilidade da situação do balanço de pagamentos.